



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social

Sub-eixo: Adolescência

FORTALECENDO A AUTONOMIA, A LIBERDADE E A GARANTIA DE DIREITOS DE ADOLESCENTES SURDOS DO IFS-FORTALEZA

ESTENIO ERICSON BOTELHO DE AZEVEDO¹
MARIANA MARQUES DA HORA²
RAYANNE PIRES XAVIER³
JAIANE SANTOS ALVES⁴

Resumo: Temos por objetivo mostrar a execução de projeto de extensão, durante o primeiro semestre de 2018, no Instituto Filippo Smaldone de Fortaleza/CE. Com ações desenvolvidas para a orientação de estudantes Surdos/as e suas famílias. A partir das atividades realizadas e resultados parciais do projeto, refletimos sobre a importância da atuação do Serviço Social na educação de pessoas Surdas como parte do enfrentamento das injustiças sociais do capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: Pessoas Surdas; Direitos Humanos; Educação de Surdos; Língua de Sinais;

Abstract: To show the execution of an extension-program, in the first semester of 2018, at the Filippo Smaldone Institute of Fortaleza/CE. With actions for the guidance of Deaf students and their families. Based on the activities carried out and the partial results of the project, we reflect on the importance of Social Work in the education of Deaf people as part of the confrontation of the social injustices of neoliberal capitalism.

Keywords: Deaf People; Human Rights; Education of the Deaf; Sign Language;

1. A UNIVERSIDADE CONTRIBUINDO COM A COMUNIDADE SURDA

A proposta do projeto de extensão “Nada para nós sem nós: autonomia, liberdade e garantia de direitos das crianças e adolescentes surdos” se dirige à realização de ações socioeducativas no Instituto Filippo Smaldone (IFS), especializada na educação básica para Surdos/as, na cidade de Fortaleza/CE. É uma Entidade filantrópica, conveniada de formas diversas com o poder público (Secretarias Municipal e Estadual de Educação e Ministério da Saúde, etc), cuja instituição mantenedora é a Congregação Salesiana dos Sagrados

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. E-mail: <estenio.ericson@uece.br>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

³ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará.

Corações. Como escola, existe em Fortaleza desde 1983, no bairro de Joaquim Távora e, atualmente, oferece atendimento preferencialmente nos setores de educação regular e saúde, com serviços de atendimento fonaudiólogo e de psicologia.

O IFS tem, atualmente, cerca de 200 alunos/as Surdos/as dos diversos bairros de Fortaleza e da região metropolitana, que recebem educação bilíngue em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Português escrito como segunda língua. O setor de Serviço Social nesta Entidade desenvolve, principalmente, atividades relativas aos convênios e de orientação do Benefício de Prestação Continuada (cerca de 40% das crianças e adolescentes atendidos recebem o BPC ou Bolsa-família). Dadas as condições de existência da entidade, a mesma contava apenas com uma Assistente Social, na execução das atividades descritas acima. Percebe-se que a entidade carece de uma atuação mais ampla no terreno do Serviço Social, no que diz respeito à orientação de estudantes e familiares quanto aos seus direitos. No início do corrente ano, o IFS ficou sem assistente social. Desde então, a instituição aguarda a renovação de alguns convênios para efetivar nova contratação.

Neste sentido, o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), desenvolveu um projeto de extensão para auxiliar a comunidade escolar do IFS, que é, também, uma comunidade linguística/cultural minoritária, com um conjunto de ações (orientações individuais, palestras, oficinas, etc.) no plano dos Direitos Humanos, Sociais, Linguísticos, Culturais e Educacionais. Pretendendo complementar e ampliar as atividades do Serviço Social da própria Entidade, fortalecendo a perspectiva crítica da categoria profissional, comprometida com a criação e efetivação dos direitos, e, estabelecendo uma relação da Universidade com a Comunidade Surda, com benefícios para ambas.

O projeto foi elaborado e apresentado e Pró-reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Ceará, recebendo recurso para pagamento das bolsistas, estudantes da graduação. Em março de 2018 foi realizada a seleção, sendo escolhidas duas estudantes de Serviço Social. Além disso, conta com a adesão voluntária de uma assistente social, discente vinculada ao Mestrado

Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, também na UECE. O professor responsável pelo projeto é ouvinte, pai de um adolescente Surdo, com fluência intermediária na Libras. As duas bolsistas, também ouvintes, possuem apenas conhecimento básico na língua de sinais, já a mestranda é Surda bilíngue. O conhecimento da Libras e das particularidades do povo Surdo por parte da equipe do projeto é essencial para o sucesso do mesmo. Fundamental ainda é a articulação da proposta com as pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação e da pós-graduação pelas participantes do projeto, cujos temas se articulam com o a questão surda, seus direitos e família.

A proposta seria iniciar a execução do projeto, no primeiro semestre de 2018, com oficinas para discutir as temáticas relacionadas com direitos a partir da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Política Nacional de Assistência Social; enquanto no segundo semestre deverá ser trabalhado conteúdo sobre os direitos linguísticos-culturais e educacionais das pessoas Surdas, baseados na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão e toda a Legislação que envolve a Libras. Todas atividades desenvolvidas devem buscar propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo e da Identidade linguístico-cultural Surda, através de momentos de conhecimento e reflexão sobre a História da Comunidade Surda e seus Movimentos Sociais, no Brasil e no mundo.

Nosso público-alvo se apresenta em dois grupos, um constituído por crianças e adolescentes, outro por seus familiares (pais, avós, responsáveis). Esses grupos participam das atividades, em momentos distintos e segundo uma metodologia apropriada para cada qual. Trata-se aí de distintas linguagens, distintos instrumentos, distintos modos em e pelos quais poderemos travar diálogo com os sujeitos Surdos/as e seus familiares. Com os estudantes agimos de maneira mais lúdica, utilizando imagens, brincadeiras, encenações, enquanto com os adultos trabalhamos diretamente com explicações, leituras, etc.

A essência desse projeto é uma relação dialógica com seu público-alvo, primeiramente, um diálogo entre a Instituição universitária e a comunidade, que não se constituirá em objeto receptivo de um discurso institucionalmente autorizado, mas, sim, em sujeito de uma história, de uma língua, de uma cultura e protagonista de lutas que criaram e consolidaram direitos, estes sim elementos mediadores do diálogo. Depois, diálogo também entre sujeitos de uma língua/cultura majoritária e sujeitos de uma língua/cultura minoritária, em vista do fortalecimento (empoderamento) desses últimos como sujeitos politicamente autônomos. Por último, o diálogo se impõe conceitualmente, como fundamento desse projeto, na medida em que busca aproximar o Projeto Ético-Político do Serviço Social de sujeitos de um Movimento Social bastante singular, pois é um segmento das pessoas com deficiência que não se definem, contudo, por sua deficiência sonora, mais por sua língua.

2. AS PESSOAS SURDAS E A COMUNIDADE SURDA EM FORTALEZA

Pessoas Surdas na Idade Média europeia eram marginalizadas da sociedade por não falarem oralmente, eram consideradas seres impuros na perspectiva religiosa da época, além de estarem sujeitos às demais condições de vida precárias que atingiam à população fora da nobreza latifundiária e controladora do poder. A linguagem é uma mediação nas relações sociais, tal como o trabalho e, é inseparável dele, por isso, a exclusão da comunicação determinou, historicamente, um processo de dessocialização de Surdos/as. Com o renascimento, aparecem experiências científicas nas áreas educacional e de saúde, desenvolvendo-se um antagonismo entre oralismo e língua de sinais, que permanece até os dias atuais, relacionando-se com com dinâmica social do capitalismo, com a luta de classes e a resistência à exclusão, à normalização, à alienação e às desigualdades. No Brasil, a História de Surdos/as começa a ser registrada com a vinda do Surdo francês Eduard Huet, convidado pelo imperador Dom Pedro II, com intuito de abrir uma escola voltada para pessoas com surdez. O Instituto fundado em 1857 existe até hoje, no Rio de Janeiro e, foi berço da Libras, influenciando diretamente na

construção da Comunidade Surda brasileira, com empoderamento identitário e político de sujeitos Surdos/as e seus familiares, ainda que limitado, responsável por levar a educação, a língua de sinais e, conseqüentemente, maior socialização às pessoas Surdas por todo o País. A partir do Século XX, surgem outras escolas para educar aqueles que não ouviam, tanto na perspectiva oralista como com o uso da língua de sinais ou um método misto usando ambos; surgem as primeiras Associações de Surdos, organizam-se eventos sociais e esportivos, e, atos políticos na comunidade.

Mais de um século depois da fundação do Instituto Nacional, a educação formal especializada para Surdos/as, chega à capital do Ceará, com a fundação, em 1963, do Instituto Cearense de Educação de Surdos (ICES). Vinte anos depois surgem o Instituto Filippo Smaldone (IFS) e a Associação de Surdos do Ceará (ASCE), fortalecendo ainda mais a resistência política desse povo e sua língua. A Comunidade Surda no Ceará passa, então, a ser pioneira e modelo de referência na região Nordeste. Atualmente, em Fortaleza, existem mais Instituições, além das citadas, que possuem serviços de/para Surdos/as.

É importante salientar nossa abordagem ao falar de pessoas Surdas, estamos levando em consideração a Cultura Surda que, de acordo com Strobel(1998), é a forma de como o sujeito Surdo compreende o mundo e a forma de modificá-lo com o intuito de que se torne mais acessível e habitável, uma forma de ajustá-lo com as suas visões em relação ao mesmo, contribuindo para a definição das Identidades Surdas e das Comunidades Surdas, trazendo grande significado em relação sua língua, ideias, crenças, costumes e hábitos. Assim, não destacamos a falta da audição, vista como defeito ou doença, mas, sim, sujeitos que na diferença, tem potencialidades, produzem, reproduzem, modificam e vivem a/na vida social, e, confrontam-se cotidianamente com situações de precarização das suas condições de vida e com negação de direitos.

O último recenseamento da população brasileira, realizado pelo IBGE, em 2010, contabilizou que quase 9,8 milhões de pessoas afirmaram ter dificuldade permanente de ouvir. Sendo que cerca de 2,2 milhões disse ter grande dificuldade de ouvir ou não conseguir ouvir de modo algum. Enquanto

em terras cearenses o número chegou a 115 mil pessoas sem ouvir ou grande dificuldade. Estes últimos números, desconsiderando aqueles/as que informaram ter “alguma dificuldade de ouvir”, podem ser considerados dados mais aproximados do que legalmente se considera como deficiência auditiva, dado confirmado pela Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, que apontou um percentual de 1,1% da população com deficiência auditiva, tanto no âmbito nacional, como no Estado cearense. Não temos dados estatísticos, referente ao uso de línguas de sinais por parte das pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Mas, o Censo 2010, mostrou, também, entre as pessoas com grande dificuldade de ouvir e as que não conseguem ouvir de modo algum, 210.753 considerando todo o País, e 12.900 considerando apenas o Ceará, encontram-se em idade escolar (até 19 anos), mas, aproximadamente, 25% não encontravam-se frequentando creche ou escola. Este número em si problemático, indica o nível de exclusão vivenciado por estes sujeitos e, a realidade se complica se considerarmos que parte das crianças e adolescentes Surdos/as encontram-se em ambiente escolar inadequado à sua condição, conforme defendido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis), principal Entidade de organização política dos Surdos/as brasileiros, isto é, estão em escolas em que se dá a primazia, quando não a exclusividade, à Língua Portuguesa.

2.1. A educação bilíngue para Surdos/as

Conforme dissemos anteriormente, a educação de Surdos/as é permeada pelo antagonismo principal entre modelos baseados nas línguas de sinais ou no oralismo, no Brasil essa disputa é alimentada por influências internacionais e, também, pelas condições socioeconômicas e políticas do País. A Comunidade Surda sempre valorizou as línguas de sinais e vem resistindo às tentativas de colonização pela comunidade audista⁵, uma luta que

⁵ De acordo com Lane (1992), o termo "audism" foi usado pela primeira vez pelo Surdo norte-americano Tom Humphries, para significar os esforços de sujeitos ou da comunidade ouvinte para dominar Surdos/as. É traduzido para o português como audismo ou ouvintismo.

não é de igual para igual, audistas abusam de sua "máscara da benevolência" para atrair surdos/as e familiares à sua biopolítica de normalização.

O paternalismo, quer dos colonizadores em África, quer dos profissionais ouvintes ligados às comunidades surdas, é ignorante, falhado e egoísta, mas o catálogo dos seus males não fica por aí. O paternalismo coloca os seus beneficiários numa relação de dependência e os mantém dependentes por razões de interesse psicológico e econômico. O paternalismo priva os beneficiários da sua história e por conseguinte da possibilidade de alcançarem as vidas que imaginam. O paternalismo corrompe alguns membros da minoria oprimida, formando uma classe que conspira juntamente com a autoridade para manter o status quo. O paternalismo foge à responsabilidade pelos seus fracassos afirmando a inferioridade biológica do beneficiário. Por ter condições para durar, o paternalismo incute os valores do benfeitor no beneficiário - a opressão interioriza-se. E, no fim, os beneficiários desprezam os benfeitores que por muito tempo os desprezaram a eles, e os benfeitores reclamam ingratidão por seu trabalho. (LANE, 1992, p. 49)

O modelo de educação especial, reduzindo conteúdos e reproduzindo o estereótipo de que Surdos/as são inferiores aos ouvintes fracassou. Surge então o modelo da educação inclusiva, com discurso fetichizado de que ao colocar crianças diferentes para conviverem no mesmo espaço escolar estaria-se construindo uma sociedade de mais respeito às pessoas com deficiência. No entanto, a inferioridade ou exclusão da língua de sinais nessas escolas, faz com que estudantes Surdos/as não tenham as mesmas oportunidades e condições que os demais, falantes da língua majoritária, além de ficarem privados ou limitados no contato com a comunidade surda sinalizante e mais empoderada. Nem todas as escolas que "incluem" alunos/as Surdos/as possuem tradutores-intérpretes para intermediar as comunicações nas duas línguas e, mesmo quando há esses profissionais na escola, ainda não é suficiente para uma formação educacional qualificada, especialmente na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, que precisam do acesso precoce à Libras, considerando a condição ouvinte de sua família, sendo a escola, muitas vezes, o primeiro lugar de acesso à língua de sinais.

As abordagens de educação inclusiva ou educação especial na perspectiva inclusiva, assumidas institucionalmente pelo Ministério da Educação brasileiro, gerou uma onda de fechamento de instituições educacionais específicas para Surdos/as. Mas, a comunidade surda, uniu-se e

usou a tecnologia a seu favor, com uso da internet, principalmente das redes sociais, houve um forte movimento nacional de defesa da educação bilíngue em escolas e salas específicas, a partir de 2011, liderado pela Feneis. A luta do Movimento Surdo garantiu avanços na legislação brasileira e continua disputando discursos e práticas na materialidade para desenvolver a educação bilíngue de Surdos/as no País.

O Instituto onde estamos desenvolvendo o projeto de extensão assume como metodologia a educação bilíngue, que se trata de uma experiência escolar baseada na perspectiva que tem a Libras como primeira língua (L1) no processo de ensino aprendizagem e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua (L2). Este modelo educacional visa a desenvolver o ensino, garantindo a aquisição precoce e a convivência social, cultural e educacional, dando, portanto, as condições necessárias e adequadas ao desenvolvimento do pensamento e, ao aprendizado e à formação escolar de crianças e adolescentes Surdos/as.

2.2. Educação em e para Direitos Humanos na Comunidade Surda

Consoante com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (promulgada, na condição Emenda constitucional, pelo Decreto Presidencial 6.949/2009) em seus Princípios Gerais, devem ser garantidos às pessoas com deficiência, dentre elas as pessoas Surdas: o respeito pela dignidade inerente, independência da pessoa, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e autonomia individual; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades. É com base na compreensão de que estes princípios encontram dificuldades na sua efetivação que se percebe a necessidade de se pensar estratégias de ação voltadas para a afirmação dos mesmos nos diversos espaços em que se encontram estas pessoas.

A maior parte das famílias que são atendidas no Instituto Filippo Smaldone encontra-se em estado de pobreza e/ou extrema pobreza, sendo mais de 1/3 delas beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada (BPC) ou da Bolsa-Família, com destaque para aquelas que não conseguem acessar os benefícios ou mesmo não sabem da possibilidade do recebimento ou os procedimentos para isso. Quando essas famílias chegam à Instituição na maioria das vezes percorreram diversos lugares em busca de apoio, sem resposta e totalmente desorientadas, não sabendo como lidar com a situação, trabalhar ou o que fazer com seu filho/a Surdo/a (alguns deles, além da surdez, possuem outras deficiências associadas); e, essas pessoas procuram a Instituição em busca de amparo para aquilo que eles chamam de “problema sem solução”. São, na sua maioria, famílias chefiadas por mulheres e/ou idosos/as, moradores de bairros periféricos, em situação de vulnerabilidade social e pessoal (vulneráveis pelo estereótipo da deficiência e pela pobreza diante do atual contexto social, econômico, político e jurídico). Diante dessa realidade, torna-se indispensável para essas cerca de 200 famílias o trabalho do Instituto Filippo Smaldone, apesar das fragilidades da própria Instituição, fragilidades materiais, mas também - e em consequência - das possibilidades de seu pessoal técnico de nível superior, em número tão reduzido, dar conta da amplitude de questões que se lhes apresentam.

Pela descrição acima feita, observamos que há uma ampla carência, na ordem do reconhecimento e da busca de direitos, que envolve tanto questões de classe (a composição dos alunos e familiares é quase exclusivamente proletária, de baixo ou baixíssimo rendimento salarial, quando não completamente dependente do BPC e da Bolsa-família), geracionais (pois sobressaem crianças, adolescentes e idosos, que se constituem em boa parte dos responsáveis dos primeiros), de gênero (na medida em que parte considerável dos alunos/as Surdos/as é cuidada por mães e avós), linguístico-culturais e educacionais.

Faz-se urgente, portanto, ir além do sistema educacional formal limitado à transmissão de conteúdos nas disciplinas, mas educar em e para Direitos Humanos, podendo “produzir espaços em que os sujeitos em formação tenham como se significar como politicamente emancipados, de modo que o ato

educativo não se torne mera reprodução, mas seja transformação, resistência, ruptura” (VIOLA, 2010, p. 35).

Nosso objetivo, com o projeto, é reforçar o Serviço Social na proteção e orientação às crianças e adolescentes Surdos/as, alunos/as do IFS, e às suas famílias, potencializando o desenvolvimento da sua autonomia e da sua condição de sujeitos. Visamos desenvolver atividades que possibilitem o conhecimento acerca da política de proteção integral que cabe às crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de uma cultura de Direitos Humanos e com o comprometimento da família na consecução desse objetivo.

A escola tem um papel preponderante nessa formação por complementar todos esses processos [construção / elaboração / revisão de conhecimentos], considerando que o objeto do seu trabalho é a formação humana, que vai além da apreensão dos conteúdos cognitivos, uma vez que envolve valores, comportamentos e atitudes. Esse espaço toma uma conotação especial para as camadas sociais economicamente desfavorecidas, pois a escola é o principal ambiente de aprendizagem organizada e sistemática que possibilita a socialização e a apreensão dos conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade. (SILVA, 2010, p. 44-45)

Ressaltamos a nossa compreensão de que no contexto do modo de produção capitalista não é possível uma emancipação humana. Entendemos que é necessário fortalecer a emancipação política de sujeitos Surdos/as, para possibilitar dignidade mínima e cidadania mesmo que com limites, pois é desse fortalecimento político que poderão estar ativamente envolvidos na transformação e transição para um nova sociabilidade.

3. EXECUÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

O projeto de extensão “Nada para nós sem nós: autonomia, liberdade e garantia de direitos das crianças e adolescentes surdos” teve início em março de 2018 com reuniões entre os participantes, e do professor responsável com a equipe da escola para planejamento e organização das atividades. Após reuniões e contatos iniciais, ficou definido que as oficinas com estudantes

aconteceriam em segundas-feiras, de 15 em 15 dias, das 10 às 12 horas da manhã, enquanto as oficinas com as famílias seriam na primeira segunda-feira de cada mês de 08 às 10 horas, em sala ou no auditório do próprio Instituto.

Não foi possível uma aproximação com a Assistente Social do IFS, pois devido encerramento de convênio, a escola estava sem este profissional durante o primeiro semestre letivo. Contamos com a participação da psicóloga em algumas das atividades realizadas.

3.1. Oficinas realizadas com estudantes

Foram realizados cinco encontros, entre 09 de abril e 11 de junho de 2018, nos quais participaram estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio. A média de presença nas oficinas do projeto foi de 15 alunos/as. Normalmente essas turmas têm aulas da maioria de suas disciplinas no turno da tarde e realizam algumas atividades no turno da manhã. Nas segundas-feiras têm aula de educação física antes da nossa oficina. Destacamos que houve dificuldade de participação da turma do 8º ano do E.F. em alguns dias destinados às atividades do projeto, pois houve incompatibilidade com o planejamento dos professores da Instituição.

Na primeira oficina, nosso objetivo era identificar o conhecimento dos/as estudantes em relação a temática que pretendemos abordar, a partir da apresentação do projeto, um diálogo aberto, e produção de cartazes. No entanto, no decorrer do encontro, fomos percebendo nas falas sinalizadas que a maioria dos estudantes desconhecia ou apresentava muitas dúvidas sobre Serviço Social, Universidade, Cidadania. Então, fomos conduzindo o diálogo de forma a garantir o protagonismo dos/as próprios/as estudantes, procurando conhecê-los e tentando esclarecer as dúvidas levantadas. Ao serem

perguntados sobre o que gostam de fazer destacou-se o interesse por esportes, fotografia e a preocupação com formação profissional/universitária e inclusão no mercado de trabalho, entre outros. Ao final entregamos para cada uma uma avaliação em papel que expressassem sua opinião sobre a oficina realizada e o interesse no projeto, 98% expressaram se sentir satisfeitos e que conseguiram aprender coisas novas com a oficina. Em nossa avaliação, a primeira oficina cumpriu o objetivo apesar dos imprevistos e não realização da atividade que havia sido planejada (produção de cartazes sobre cidadania). Percebemos, então, que precisaríamos fazer modificações no nosso planejamento inicial, para trazer os conteúdos de forma mais tranquila e mais básica, valorizando o aprendizado fundamental.

Na segunda oficina realizamos a atividade de confecção de cartazes, os/as estudantes foram separados em grupos recebendo duas cartolinas cada e, pedimos para que produzissem dois cartazes, através de recortes de revista, desenhos e escrita, o que pensavam em relação aos temas: “Cidadania e Surdo”; “Família e Adolescente”, para no fim da oficina apresentarem sua abordagem. Foi importante que os mesmos demonstrassem o que enxergam dentro da sociedade, para que nós pudéssemos, nas oficinas seguintes, fazermos a relação entre a realidade deles e o conhecimento teórico. Observamos que tiveram bastante dificuldade no desenvolvimento da atividade, principalmente em relação à temática cidadania, pois não entendiam e não reconheciam as interfaces do termo no seu cotidiano. Importante destacar que todos os grupos trabalharam mais individual do que coletivamente na construção dos cartazes, representaram a família de forma tradicional e, não expressaram conseguir entender a transversalidade dos termos que indicamos.

Na oficina seguinte apresentamos, através de slides com figuras e pequenos textos, o que é a família de acordo com a Constituição Federal, baseando-se de forma principal no Art.226. Abordamos as diferentes formas de família com o objetivo de diversificar o olhar tradicional que foi predominante na oficina anterior. Durante a apresentação debatemos seus direitos e deveres perante a sociedade, e perguntamos a formação e relação familiar dos/as alunos/as. Importante ressaltar que muitos deles no momento do debate

relataram como é formada sua família, poucos se encaixavam no modelo tradicional de pai, mãe e filhos apresentado na oficina anterior, ou seja, se expressam considerando apenas o modelo tradicional de família, mas não faziam parte de uma família considerada “normal” pela sociedade. Fizemos uma reflexão acerca da importância de ter um olhar mais crítico em relação ao que é imposto pela sociedade e, também, introduzimos o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sobre a importância das relações familiares serem baseadas em afeto e proteção. Durante o debate, alunos/as apresentaram dúvidas sobre o que é adoção, não conheciam a palavra nem o sinal em Libras, quando foram esclarecidos/as identificaram-se dois alunos adotados presentes naquele momento.

Outro assunto levantado, espontaneamente, por eles/as foi em relação ao incesto e violência sexual, respondemos suas dúvidas ressaltando as normas sociais em relação ao incesto, e que a legislação considera crime relações sexuais com crianças e adolescentes independente de quem seja o agressor (da família ou não). Orientamos que caso estejam passando por alguma situação de violência familiar ou saibam de algum colega sendo vítima devem procurar um adulto de confiança para pedir ajuda, sendo os profissionais da escola indicados para essas situações. Foi falado sobre importância do respeito às diversas configurações familiares e a todas às pessoas independente de raça/etnia e orientação sexual, características físicas, entre outras. Percebemos que instigamos a reflexão deles/as, encerraram a oficina concordando que todas as famílias são importantes, que os laços dentro da família podem ser sanguíneo e/ou afetivo, que possuem direitos e deveres.

Na quarta oficina iniciamos lembrando da última oficina de acordo com o que já tinham aprendido. E, adentramos no assunto cidadania, apresentamos o vídeo com o título: O que é cidadania⁶. Tiramos dúvidas em relação a alguns termos usados que eles/as não entendiam e trouxemos a discussão em relação aos direitos presentes na Constituição, que encaixavam no assunto do vídeo.

⁶ Vídeo disponível na plataforma Youtube, no canal: EVC - CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Para finalizar fizemos uma avaliação da oficina e oferecemos duas opções, uma avaliação escrita ou uma avaliação sinalizada gravada em vídeo, para maior liberdade dos alunos/as na expressão de suas opiniões. Observamos que a maioria prefere sinalizar, mas demonstram timidez, apenas dois gravaram vídeo, enquanto os demais responderam no papel, em ambos os casos percebemos que estão avançando no aprendizado e reflexão crítica, no entanto ainda têm dificuldades de se expressar.

Na última oficina realizada antes do encerramento do semestre letivo, propomos a confecção de novos cartazes, desta vez apresentando qualquer aspecto do que aprenderam nas oficinas, relacionando com o termo cidadania. Foram divididos em 5 grupos contendo de 4 a 3 alunos/as, durante a construção dos cartazes, surgiram dúvidas sobre elementos da cidadania que eram direitos, contudo, desta vez houve maior discussão coletiva nos grupos, sobre o que seriam esses direitos e passaram a entender que havia uma diversidade de direitos, posteriormente à confecção dos cartazes cada grupo apresentou e pudemos perceber um bom avanço de seu conhecimento e expressão quando comparados com os dois primeiros encontros desse projeto.

Como descrevemos acima, nesses primeiros meses de execução do projeto com alunos/as Surdos/as, trabalhamos, utilizando a Libras como primeira língua, com as temáticas Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Constituição Federal, não sendo possível, adentrar na Política de Assistência Social. Durante as duas primeiras oficinas realizadas, percebemos que não tinham quase nenhum conhecimento em relação às temáticas que seriam tratadas, o que nos levou a reorganizar nosso planejamento inicial, diminuindo os conteúdos e apresentando-os com uma abordagem bem simples, atentando de forma especial as dúvidas que surgiam durante todas as oficinas.

No segundo semestre pretendemos dar continuidade às oficinas para fortalecimento da cidadania dos/as estudantes através do conhecimento de seus direitos e, estaremos debatendo sobre a importância dos movimentos sociais para o enfrentamento das desigualdades e violações de direitos.

3.2. Oficinas realizadas com familiares

Em continuidade à efetivação do projeto, as oficinas com familiares de alunos/as do IFS acontecem para contribuir com a construção de uma cultura de Direitos Humanos e com o comprometimento da família para um maior conhecimento e amparo dos direitos dos/as Surdos/as, entendendo que as oficinas com as famílias reafirmam e contribuem a autonomia, garantia e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (1988, Constituição Federal)

Só foi possível iniciar essa atividade no mês maio, portanto, só houve dois encontros no primeiro semestre de 2018. No primeiro participaram 15 pessoas e no segundo foram 09 participantes, em ambos os encontros havia apenas um participante do sexo masculino. Essas pessoas são responsáveis por crianças e adolescentes de diversas turmas do IFS, porém, nenhuma delas tem relação familiar com os/as estudantes que participaram das oficinas do projeto (8º e 9º ano do EF e 1º ano do EM).

A primeira oficina com as famílias se realizou no dia 07/05/2018, tendo como proposta, apresentar o projeto, seus objetivos e identificar quais eram as dificuldades enfrentadas pelos pais e responsáveis dos/as estudantes Surdos/as. Durante a explicação dos objetivos do projeto foi perguntado aos familiares se eles tinham algum conhecimento sobre a Constituição Federal e sobre a Assistência Social, timidamente, alguns disseram conhecer, contudo, não souberam explicar a sua importância. No decorrer da oficina alguns pais e responsáveis relataram a dificuldade que enfrentavam com seus filhos/as, no que tange a obediência e respeito, disseram que seus filhos/as só “escutam” amigos Surdos/as, e que preferiam ir para a escola ou estar com amigos, ao invés de ficar em casa. Através do debate, identificamos que de 15

responsáveis presentes somente 4 tentam se comunicar com os seus filhos/as em Libras, sendo que entre estes apenas uma das mães se expressava bem sinalizando. Esclarecemos, com apoio da psicóloga que questões de desobediência não tem relação direta com a surdez e, sim porque serem comportamentos típicos de crianças e adolescentes somados às limitações de comunicação pelo fato dos familiares não serem fluentes em Libras. Orientamos da importância que os familiares aprendam Libras o mais rápido possível para ampliar comunicação com Surdos/as, sendo elas/es primeiras/os responsáveis pela a construção da autonomia de seus filhos/as.

Nesta primeira oficina podemos perceber que a implantação do projeto com as família seria de extrema importância, visto que os responsáveis tinham certa dificuldade de conhecer e garantir as ações de promoção, proteção e orientação às crianças e adolescentes Surdos/as, sendo necessário abordar mais sobre a responsabilidade da família e orientá-los sobre direitos e deveres.

A segunda oficina realizou-se dia 04/06/2018, com eixo de discussão central sobre cidadania, para tanto trouxemos a explanação do que era a Constituição Federal (1988), bem como, o resgate histórico sobre a política no Brasil até a implantação da mesma.

Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Em continuidade, abordamos o tema Família, quais eram seus direitos e deveres, “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”, explicando que a família se caracteriza como grupo de pessoas unidas por vínculos biológicos e/ou afetivos, portanto, a família de acordo com a lei pode ser de casais heterossexuais, homossexuais, e de parentes próximos. Alguns familiares que se posicionam contra a família homoafetiva, contudo reforçamos que esse tipo de família é reconhecido por lei, portanto, devemos respeitar independente do que se julga errado ou correto baseado na “família

tradicional” ou em religiões, e para tanto era interessante tolerar e respeitar sem discriminações.

E, para conclusão desse segundo encontro abordamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com seus eixos centrais de direitos e deveres e, apresentamos como exemplo para os temas apresentados na presente oficina, dois vídeos abordando a comunicação e relacionamento de pais Surdos com suas filhas, sendo uma família com filha Surda e outra com filha ouvinte. Para complementar aquele debate sobre a importância da Libras na comunicação familiar, o objetivo de apresentação desses vídeos foi pais e responsáveis ouvintes pudessem ver e perceber a importância da Libras como forma de comunicação e um maior entrosamento entre sujeitos da família a partir da língua em comum, que por consequência traz uma maior capacidade do Surdo/a construir sua autonomia, enquanto sujeito possuidor de direitos, bem como sua liberdade.

4. CONCLUSÃO

Nessa primeira fase do projeto, conseguimos perceber as limitações no conhecimento e na habilidade de debate, dos/as estudantes e seus familiares, quanto às temáticas apresentadas, dependendo da complexidade do assunto abordado nas oficinas, nos desafiando a encontrar ferramentas e metodologias para o processo, não apenas de apreensão do que está sendo exposto, mas também de estímulo ao protagonismo deles/as na produção e reprodução do conhecimento. Portanto é importante a interação dos alunos/as e familiares em seus momentos de sinalização/fala e questionamentos, pois, dessa forma, fortalecemos a autonomia, liberdade e a luta pela garantia de direitos.

No final de cada encontro, nós, equipe do projeto, conversávamos sobre as percepções que tivemos em conjunto com uma prévia análise das avaliações respondidas pelos/as participantes, para tanto buscamos usar uma didática lúdica, com vídeos, construção de cartazes e instigando-os a

expressarem suas opiniões, o que entendiam sobre os assuntos em questão e situações vivenciadas. No decorrer dos encontros, a forma de avaliação das oficinas foram mudando para que os alunos/as pudessem expressar mais e melhor sobre as temáticas abordadas, nas primeiras avaliações fornecíamos apenas as avaliações em papel para serem respondidas com marcações e escrita, mesmo fazendo a tradução das perguntas para Libras e permitindo que eles/as escrevessem em português na condição de segunda língua, foi perceptível a dificuldade e limitação da expressão dos/as alunos/as nesse formato. Nas últimas oficinas realizadas proporcionamos a opção da avaliação sinalizada, filmada com autorização deles/as, para que conseguissem se expressar-se melhor, desenvolvendo um pouco mais a argumentação no discurso.

Na oficina que concluiu o primeiro período de realização do projeto percebemos que os/as Surdos/as participantes estão compreendendo bem as temáticas apresentadas e que desenvolveram mais seu discurso crítico em relação à sociedade, ao que é imposto como perfeito e em relação aos seus direitos, entendem que precisam lutar para garantia e efetivação dos direitos tanto os que são relativo às singularidades da população Surda, como os universais ou ainda os que atendem necessidades particulares de outros segmentos populacionais que, também, façam parte. Portanto, estamos aproximando os alunos/as do objetivo geral do projeto, que é desenvolver sua autonomia e a condição de sujeitos possuidores de direitos.

No que tange aos familiares responsáveis por alunos/as do Instituto, tivemos apenas dois encontros, com debates polêmicos envolvendo questões subjetivas e objetivas. Sendo percebido a importância de fortalecermos esse trabalho de orientação aos adultos que lidam cotidianamente fora do âmbito escolar, com crianças e jovens que se comunicam por outra língua diferente dos demais familiares.

Acreditamos que o aspecto mais importante do nosso projeto é a possibilidade de comunicação com os estudantes Surdos/as na língua que não os limita, a Libras e, ainda, a oportunidade de estar tentando conscientizar pais

e responsáveis do valor e indispensabilidade das línguas visuais-espaciais no desenvolvimento social de Surdos/as.

Pessoas Surdas são agentes participantes da sociedade, cidadãos/ãs que devem ter seus direitos e equidade garantidos em relação às pessoas não-surdas. É importante conhecer os direitos para poder reivindicar melhores condições de vida, fortalecendo a emancipação política e a consciência crítica para a luta nos movimentos sociais. O projeto de extensão do curso de Serviço Social da UECE continuará sendo implementado no Instituto Filippo Smaldone, mantendo a equipe no segundo semestre de 2018, quando iremos continuar usando a instrumentalidade do Serviço Social e, diversas estratégias para colaborar com a comunidade escolar e, conseqüentemente, no enfrentamento da alienação e barbárie nas expressões da questão social no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, 2009.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990.

_____. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

PERLIN, Gladis. **Identidades surdas**. In:_____. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51-73, 2000 v.

SILVA, A. M. M. **Direitos Humanos na Educação Básica**: qual o significado. São Paulo: Cortez, 2010. p. 41-63.

STROBEL, K.L. **As Imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2008.

VIOLA, S. E. A. **Políticas de educação em direitos humanos**: políticas e fundamentos da educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-40.